



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS  
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

## ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022

Processo nº 60583.003203/2022-90

### 1. INTRODUÇÃO

1.1. As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultado na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

1.2. Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos técnicos preliminares que visam assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência.

Unidade Solicitante:	Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CODEP/COGEPEs	Responsável:	Equipe de Planejamento da Contratação (conforme doc. SEI nº 6000030 e 6066402)	E-mail	estagio@defesa.gov.br
----------------------	---	--------------	--	--------	-----------------------

### 2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente ETP tem por objetivo buscar solução à contratação de estagiários, estudantes de nível superior, médio, técnico de instituições de ensino regulares, públicas ou privada para o Programa de Estágio no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.

2.2. O Ministério da Defesa órgão da Administração Federal direta, no âmbito de sua Administração Central, propicia nos termos da [Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008](#), da [Instrução Normativa nº 213, de 2019](#) da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização Gestão e Governo Digital do antigo Ministério da Economia que estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, oportunidade de realização de estágio não obrigatório, visando aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para o trabalho produtivo.

2.3. Em conformidade com seu Programa de Estágio e a legislação vigente, a Administração Central do Ministério da Defesa, desde 2000, tem beneficiado estudantes de ensino superior, de ensino médio e técnico, devidamente matriculados e com frequência regular em instituições da rede pública ou da rede privada de Ensino, cujos cursos sejam reconhecidos pelo Ministério da Educação.

- 2.4. No contexto atual, e em face das características do programa de estágio, o estagiário representa um papel importantíssimo para as unidades administrativas do Ministério da Defesa, sendo muitas vezes imprescindível sua permanência no auxílio à consecução das atividades, projetos ou ações dos setores.
- 2.5. Por outro lado, o estágio, para os estudantes, possibilita contato direto com o campo de trabalho escolhido, dando-lhes visão do contexto organizacional e ajudando-o na sua formação e desenvolvimento. O estágio serve como instrumento de integração, aperfeiçoamento técnico, cultural e de relacionamento humano, complementando o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes e facilitando seu ingresso futuro no mercado formal de trabalho.
- 2.6. Vale salientar, que o Ministério da Defesa, a exemplo de outros Órgãos, já adota como solução a contratação de um agente de integração, para o programa de Estágio do Ministério, por meio de instrumento jurídico apropriado e observando a legislação que estabelece as normas gerais de licitação, de forma a garantir a realização de estágio curricular, nas unidades administrativas do Ministério da Defesa.
- 2.7. Atualmente, como o **Contrato nº 018/2018-MD**, celebrado com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, em 01/06/2018, referente à contratação de agente de integração, tem prazo de vigência até 31/05/2023, data no qual finda o limite de prorrogação de 60 (sessenta) meses estabelecido pelo artigo no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, e como há interesse da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas na continuidade do objeto, sem interrupção do serviço, de maneira que o mesmo não sofra solução de continuidade, faz-se necessária a instrução de novo processo para solucionar o processo de contratação de estagiários.
- 2.8. Ressalta-se que na legislação que regula a matéria na Administração Pública, nos comandos do art. 5º, da [Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008](#) e do art. 11 da [Instrução Normativa nº 213, de 2019](#), é permitido que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, recorram, a seu critério, a serviços de Agentes de Integração públicos ou privados, para auxiliarem no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, mediante condições acordadas em instrumentos jurídicos apropriados, observando-se a legislação aplicável às contratações com recursos públicos.
- 2.9. Sobre a matéria, cumpre evocar a [Instrução Normativa nº 3/DEADI/SEORI/SG-MD, de 28 de outubro de 2021](#), que, ao estabelecer as orientações para a aceitação de estagiários de nível superior nas modalidades graduação e pós-graduação, ensino médio e de educação profissional no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, assim disciplinou:
- Art. 35. É responsabilidade da Gerência de Gestão de Pessoas:
- (...)
- III- *participar da elaboração do contrato a ser celebrado com o agente de integração;*
- (...)
- Art. 36. É responsabilidade da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas:
- (...)
- III - *propor a celebração ou a renovação dos instrumentos jurídicos com o agente de integração ou instituição de ensino para oferecer oportunidades de estágio aos estudantes, regularmente matriculados no nível médio, técnico ou no nível superior, vinculados à rede pública ou à rede privada de ensino;*
- (...)
- 2.10. A gestão do Programa de Estágio envolve a intermediação do Órgão com a Instituição de Ensino e o Estudante, no processo de disponibilizar estágio. Para isso, além da celebração de convênio com várias instituições de ensino, diversas atividades operacionais, tais como: recrutamento e seleção do estudante; emissão de termo de compromisso; acompanhamento da situação acadêmica dos estagiários, há ainda, a necessidade de contratação de seguro de acidentes pessoais para os estudantes, dentre outros serviços técnicos e administrativos.
- 2.11. Como previsto, o Agente de Integração é aquele que atua como organismo mediador, entre a instituição oferecedora do estágio, o estagiário e as Instituições de Ensino para a execução dos procedimentos de caráter legal, técnico e administrativo, inserindo estudantes no ambiente do mercado de trabalho, colaborando para o desenvolvimento de habilidades, modalidades de atuação e formação profissional desses estudantes, em consonância com a legislação vigente.

2.12. Cabe destacar, que a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas não possui estrutura administrativa, operacional e de recursos humanos para absorver as atividades inerentes ao recrutamento, acompanhamento e controle junto às instituições de ensino, celebrar convênios diretamente com as instituições de ensino, bem como, providenciar a confecção de Termos de Compromissos de Estágio (TCE) e Termos Aditivos de todos os estagiários participantes do referido Programa, considerando que esta Coordenação-Geral já é responsável por gerir as diversas atividades ligadas ao agenciamento de estudantes, como mencionado acima, sendo, portanto, fundamental a contratação de Agente de Integração que assuma a responsabilidade de prestar suporte operacional para a execução do Programa de Estágio.

2.13. A experiência tem demonstrado que, em virtude da importância e dimensão do programa, sua operacionalização não pode prescindir do apoio de empresa especializada no gerenciamento das atividades a ele pertinentes, uma vez que possuem cadastro amplo e atualizado de estudantes nas diversas áreas do conhecimento e de diferentes instituições de ensino, para a realização de estágio não obrigatório, bem como, pré-selecionar criteriosamente os candidatos às vagas, o que possibilitará rapidez, presteza, eficiência e eficácia no atendimento das demandas por vagas de estágio, no Órgão.

2.14. Salienta-se que o contrato firmado com o Agente de Integração propicia agilidade e reduz o trabalho de operacionalização quanto à divulgação das vagas de estágio, ao recrutamento, a pré-seleção de estudantes, encaminhamento de candidatos, formalização de Termo de Compromisso de Estágio e acompanhamento da situação do estudante até o seu desligamento do Ministério da Defesa – Administração Central, evitando que o Órgão tenha que manter inúmeros convênios e parcerias com instituições de ensino, além da contratação do seguro contra acidentes pessoais para cada estudante, que neste caso será de responsabilidade do Agente de Integração. A contratação de uma instituição mediadora, neste caso o Agente de Integração, irá auxiliar a área responsável pela gestão do Programa, uma vez que, a força de trabalho atual disponibilizada, já é responsável por promover a ambientação dos estagiários, controlar e monitorar o quadro de vagas de bolsas-estágio, apoiar e atender tanto às áreas demandantes, quanto aos estagiários, controlar a frequência e recesso dos estagiários, realizar os atos de cadastramento junto ao Sistema SIAPE, seja na inclusão, seja na exclusão, inclusive no que concerne à folha de pagamento do estagiário, dentre outros trabalhos operacionais necessários à condução do programa, providências que demandam tempo e mão-de-obra qualificada.

2.15. Da análise da contratação atual (Processo nº 60583.000225/2018-11), temos que o contrato prevê a contratação de até 138 vagas de estágio para todas as unidades administrativas da administração central do MD, em Brasília-DF e não há apontamentos de queixas da área responsável pela gestão e fiscalização do contrato.

2.16. Considerando toda a estrutura administrativa que envolve a realização dessas atividades, é indispensável a contratação de Agente de Integração para atuar no assessoramento técnico e administrativo do Programa de Estágio, de forma a reduzir o trabalho de operacionalização por parte da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, que não dispõe de estrutura e pessoal para a prática desse serviço.

2.17. Ademais a nova contratação para prestação de serviços de agente de integração do Programa de Estágio da Administração Central do Ministério da Defesa, regulamentado pela [Instrução Normativa nº 3/DEADI/SEORI/SG-MD, de 28 de outubro de 2021](#), foi inserida no Plano de Contratação Anual - PCA/2023, como solução à contratação de estagiários para o Programa de Estágio no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.

2.18. Os serviços a serem realizados para uma boa gestão do Programa de Estágio da Administração Central do Ministério da Defesa, consiste em:

2.18.1. Realizar a pré-seleção de candidatos ao Programa de Estágio do Ministério da Defesa/administração central, de acordo com a necessidade de vagas, observando critérios de seleção definidos e informados;

2.18.2. Divulgar das vagas, do programa de estágio e dos processos pré-seletivos para preenchimento das oportunidades de estágio na administração central do Ministério da Defesa, por meio de comunicação às instituições de ensino, por meio eletrônico (web, email, etc.) e por meio de veículos de comunicação (jornais e revistas);

2.18.3. Recebimento de inscrições para os processos seletivos, também, por meio de plataforma web ou sistema de comunicação on-line com os estudantes (*e-mail*, SMS);

2.18.4. Encaminhar os candidatos, a partir das oportunidades de estágio oferecidas pela contratante,

para a entrevista ou processo de seleção com o requisitante no Órgão;

2.18.5. Disponibilizar a consulta aos dados dos estudantes encaminhados para a oportunidade de estágio: currículo dos candidatos e telefone para contato;

2.18.6. Elaboração e distribuição dos termos de compromisso e seus aditivos aos estagiários, os quais serão assinados por todas as partes envolvidas no Programa e dos quais deverão constar todos os elementos básicos indicados pela administração central do Ministério da Defesa e pela legislação de regência;

2.18.7. Elaborar as alterações nos termos de compromisso de estágio por meio de Termo aditivo de contrato: troca de supervisor, alteração de carga horária, troca de turno de estágio ou unidade de lotação do estudante;

2.18.8. Contratação e manutenção de seguro contra acidentes pessoais em benefício dos estudantes que integram o Programa;

2.18.9. Atendimento, a qualquer tempo, das demandas de desligamentos de estudantes, ocorridos nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e do art. 16 da Instrução Normativa nº 213/SEDGG/ME de 17 de dezembro de 2019, conforme a necessidade da contratante, manifestada por meio de documento eletrônico;

2.18.10. A contratada no decorrer de toda a vigência do contrato de estágio manterá controles e acompanhamentos, junto às Instituições de Ensino, sobre eventuais situações irregulares (abandono de curso, conclusão, trancamento de matrícula, bem como, transferência para outra Instituição de Ensino);

2.18.11. Comunicação ao contratante, assim que a Contratada tomar conhecimento do fato, de processos pendentes e de quebras de vínculo entre o estudante e a instituição de ensino, assim, facilitando a tomada de providências legais, uma vez que as situações acima são motivos para a interrupção imediata do estágio e a rescisão do TCE; e

2.18.12. Outras atividades pertinentes e necessárias ao bom andamento do Programa de Estágio da administração central do MD, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, além de outras aplicáveis à espécie.

2.19. Pesquisa legislativa encontrou os seguintes instrumentos que se relacionam com os serviços a serem prestados:

2.19.1. [Lei nº 11.788/2008](#), dispõe sobre o estágio de estudantes;

2.19.2. [Decreto nº 3.298/1999](#), dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências;

2.19.3. [Decreto nº 7.203/2010](#), dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

2.19.4. [Instrução Normativa nº 213/2019](#), estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.19.5. [Instrução Normativa nº 3/DEADI/SEORI/SG-MD, de 28 de outubro de 2021](#), que estabelece orientações para a aceitação de estagiários de nível superior nas modalidades graduação e pós-graduação, ensino médio e de educação profissional no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza continuada, podendo ser prorrogável.

3.2. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como:

3.2.1. A Contratada deverá prestar serviços de agência de integração de estagiários, fazendo a interlocução entre os órgãos, as instituições de ensino e os estudantes. A empresa deverá fazer o recrutamento, a pré-seleção, a operacionalização e a administração de todo o processo do estágio.

3.2.2. As vagas a serem oferecidas serão para estudantes nível médio ou de educação superior:

Graduação (cursos diversos) ou Pós-graduação (lato sensu/stricto sensu) e que frequentem cursos cujas áreas de formação estejam relacionadas diretamente com as atividades institucionais, programas, planos e projetos desenvolvidos pelas unidades da administração central do MD.

3.2.3. As vagas serão distribuídas nos locais descritos abaixo:

a) Bloco Q, Esplanada dos Ministérios.

b) Anexo I, Bloco O, Esplanada dos Ministérios.

3.2.4. A distribuição interna das vagas nas respectivas áreas de atuação, no âmbito da Administração Central, caberá a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, por intermédio da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas.

3.2.5. Os estagiários deverão realizar as atividades do estágio, de segunda a sexta-feira, em jornada diária de 4 horas ou 6 horas, totalizando 20 horas semanais ou 30 (trinta) horas semanais, respectivamente.

3.2.6. Conforme artigo 21 da Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, “a duração do estágio não poderá exceder a 2 (dois) anos, salvo quando se tratar de estagiário com deficiência, que poderá permanecer no mesmo órgão ou entidade até o término do curso.”

3.2.7. Do quantitativo de vagas a serem oferecidas, deverá ser destinado o percentual de 30% a estudantes negros, de acordo com o Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018, e de 10% a portadores de deficiências, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, desde que as atividades de estágio sejam compatíveis com a deficiência.

3.2.8. O agente de integração deverá negociar e intermediar a assinatura de seguro contra acidentes pessoais para cada estagiário, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso.

3.2.9. A Contratada será responsável por verificar periodicamente (no mínimo semestralmente) a manutenção do vínculo do estagiário com a instituição de ensino, através da matrícula e frequência regular do estudante.

3.2.10. O agente de integração será responsável pela celebração e assinaturas do Termo de Compromisso entre o estagiário, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, devendo sempre haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso.

3.2.11. Os Termos de Compromissos de Estágios vigentes à época da contratação deverão ser encampados pelo novo Agente de Integração, cuja vigência obedecerá rigorosamente a do termo de compromisso originário, respeitando os convênios com as instituições de ensino, bem como, contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor dos estagiários, compatível com os valores de mercado.

3.2.12. As propostas de preços e os lances a serem ofertados pelos licitantes deverão englobar tanto os valores referentes à taxa de administração/agenciamento como os valores referentes aos seguros contra acidentes pessoais dos estagiários.

3.2.13. A Contratada deverá obedecer estritamente as normas contidas no item 2.19. deste documento.

3.2.14. Para a formação da relação de estágio, devem ser observados os seguintes requisitos (incisos I, II e III do Art. 4º da IN nº 213/2019).

3.2.15. O estágio deverá ter acompanhamento efetivo da instituição de ensino por intermédio de professor orientador, bem como da parte concedente, por supervisor.

3.2.16. Os estágios serão realizados por estudantes de nível superior, com supervisão de servidores efetivos com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, e cuja área de formação esteja relacionada diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pela AC/MD, em conformidade com as condições definidas pelas instituições de ensino, indicando as principais atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários, observando a compatibilidade com o contexto básico da profissão ao qual o curso se refere.

3.2.17. Para os estudantes de nível médio, o estágio será supervisionado por servidor que possua, no mínimo, o mesmo nível de formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário e será realizado levando-se em consideração as atividades, programas e planos de



trabalhos do setor demandante da vaga.

- 3.2.18. Os estagiários, por intermédio do contratante, receberão bolsa-estágio e auxílio-transporte em conformidade com os valores fixados pelos normativos vigentes.
- 3.2.19. O recebimento da bolsa de estágio não caracteriza remuneração e não acarreta vínculo empregatício, com o Ministério da Defesa, conforme o artigo 3º da Lei nº 11.788, de 25/09/2008.
- 3.3. A empresa contratada deverá fornecer serviços de interação, tais como: telefone, e-mail, central de relacionamento, entre outros, visando proporcionar uma comunicação rápida e precisa na administração do Programa de Estágio.
- 3.4. A Contratada deverá indicar representantes do seu quadro de funcionários para soluções de problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato, bem como, seus telefones de contatos.
- 3.5. Os serviços, sempre que possível, deverão ser executados, pela Contratada, em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as previstas na [Lei Distrital nº 5.610/2016](#) e no [Decreto Distrital nº 37.568/2016](#).
- 3.6. A Contratada deverá comprovar, na assinatura do contrato, que possui infraestrutura física, técnica e operacional adequada, no Distrito Federal, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços a serem contratados.
- 3.7. Enquadramento do objeto na categoria de serviços comuns, que trata o inciso XIII do Art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas encontradas no mercado.
- 3.8. A prestação dos serviços constantes neste ETP é de natureza continuada, pois são essenciais para o desenvolvimento de diversas atividades deste Ministério, cuja interrupção irá comprometer as atividades de aprendizagem dos estagiários, uma vez que o período de celebração do Termo de Compromisso de Estágio compreende até 04 (quatro) semestres em um mesmo órgão.
- 3.9. Assim torna-se conveniente, em razão dos custos envolvidos na sua contratação, um dimensionamento maior do prazo contratual, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, de que cabe citar, por exemplo, evitar custos administrativos com contratações repetitivas que ensejariam dispêndios, haja vista que, a necessidade e conveniência de manter disponíveis os serviços elencados neste instrumento são imprescindíveis à Administração pelos motivos ora expostos. Por isso a contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.
- 3.10. O prazo de vigência da contratação é de até 5 anos, a partir da assinatura do contrato, prorrogáveis até o máximo de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
- 3.11. A previsão da possibilidade de prorrogação contratual se justifica em razão de o objeto se enquadrar como serviço de natureza contínua, tendo em vista que compreende a prestação do serviço, sendo um serviço auxiliar, necessário ao Contratante para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção pode vir a comprometer as atividades.
- 3.12. Recomposição dos preços estabelecidos no contrato frente a perda monetária inerente ao transcurso de tempo, decorrente da variação natural de preços mercadológicos ou, em outras palavras, da inflação (conforme previsto no inciso LVIII do artigo 6º, da Lei 14.133/2021 e consiste em uma “forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais”.
- 3.13. O reajuste se dará pela aplicação de um indexador previamente estabelecido no contrato e independe de avaliação específica acerca das alterações de preços nas atividades inerentes à execução do contrato. Há a obrigatoriedade de a previsão de um índice de reajustamento de preço no edital da licitação, independentemente do prazo do contrato, conforme § 7º do artigo 25 da Lei nº 14.133/2021. O reajuste do preço do contrato é automático devido sempre que o contrato completar doze meses, e visa apenas à recomposição natural da perda monetária no passar do tempo, podendo ser realizadas por simples apostila, sem formalizado em termo aditivo, conforme artigo 136 da Lei nº 14.133/2021.

- 3.14. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 3.15. Opção de aquisição por: Menor preço global.
- 3.16. Justificativa técnica circunstanciada para aquisição por “menor preço por lote”: Não se aplica.
- 3.17. Soluções disponíveis no mercado: Não se aplica.
- 3.18. As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE serão previstas no Termo de Referência.
- 3.19. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 3.20. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 3.21. Em virtude do valor e do baixo risco da contratação, não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, salvo as determinadas pela legislação em vigor.
- 3.22. Não há necessidade de vistoria.

#### 4. LEVANTAMENTO DO MERCADO

- 4.1. Do levantamento realizado no mercado, constatou-se as seguinte soluções:

##### 1) Das soluções:

**Solução 1** - Execução direta por parte do Órgão, isto é, a própria demandante efetuar o trabalho que o agente de integração faria, promovendo então a divulgação das vagas junto as universidades, recebendo os currículos, fazendo a triagem de candidatos, marcando entrevistas, providenciando e analisando os documentos da contratação e desligamento, atuando junto às universidades para a assinatura dos Termos de Compromisso de Estágio, fazendo substituição de estagiários etc.

**Solução 2** - Recorrer aos **serviços de agentes de integração públicos ou privados** para atuarem como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

- 4.2. Após análise da soluções encontradas, constatou-se que:

##### 2) Da análise:

**Solução 1** - Economicamente não é vantajoso para a Administração, pois trata-se, como se observa, de trabalho extenso e detalhado, que demandaria conhecimento profundo da lei específica, estrutura, processos e recursos humanos da CODEP/COGEPES, num cenário atual de redução crescente do número de servidores, por ausência de concursos públicos nos últimos anos e grande número de aposentadoria; e

**Solução 2** - A solução de contratação de agente de integração é mais vantajosa em todos os aspectos:

- Tem mais eficiência no processo, devido à experiência na área;
- Possui amplo acesso às instituições de ensino;
- Está atualizado sobre as leis que regem o setor;
- O artigo 5º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, estabelece que “as instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.”; e,

- Pesquisa, no portal da transparência mostrou haver diversas empresas que atuam com a prestação deste serviço e que participam de licitações, tais como: Agência de Integração Empresa-Escola; Brasília Planejamento de Recursos Humanos; Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE); Instituto Nacional de Qualificação e Capacitação (INQC); Instituto de Promoção Humana, Aprendizagem e Cultura e Instituto Brasileiro de Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento (ISBET), Super Estágio; IEL, HL Consultoria e Recursos Humanos e entre outras.
- E a própria experiência da Administração Central do MD, que contrata com agente de integração há 23 anos, para auxiliar no programa de estágio.

4.3. Foram analisadas as contratações efetuadas por alguns órgãos, onde buscou-se verificar as possíveis formas para a referida contratação:

- **Das possíveis formas de contratação:**

**1) Das Formas:**

Forma 1 - Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.

Forma 2 - Realizar licitação própria.

Forma 3 - Realizar contratação direta.

**2) Da análise:**

Forma 1 - Não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão.

Forma 2 - É possível realizar a licitação, por pregão, menor preço, disputa feita por lances, assegurando tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.

Forma 3- Não é possível a realização de contratação direta (contratação que envolva valores inferiores a R\$ 54.020,41, no caso de serviços), Valor da pesquisa de preços definido em R\$ 57.810,96.

4.11. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a que melhor atendam às necessidades da Administração (vide doc. SEI nº 6066576).

- **Tipos de Contratações Similares:**

Da análise das contratações similares pode-se verificar que os Órgãos, para a contratação de Agente de Integração utilizaram como solução de contratação:

- Licitação modalidade Pregão Eletrônico do tipo “menor preço”;
- Dispensa de licitação, art 24, II, da Lei nº 8.666/1993, em casos onde o número de vagas de estágio disponibilizadas pela instituição é muito pequeno.

4.15. Após a análise do custo-benefício de cada uma delas, a solução escolhida pela equipe responsável pelo planejamento da contratação, com base no levantamento do mercado e descrição da solução, é a realização Processo licitação por meio da modalidade Pregão (tende ao que preceitua inciso XLI do Art. 6º da Lei 14.133/2021) critério de menor preço global anual, na forma do XLI do Art. 6º da Lei 14.133/2021, pois é o que mais promove a competição, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como práticas de mercado, para contratação de prestação de serviços de agente de integração de estagiários. responsável pelo recrutamento, pré-seleção, operacionalização e administração do processo de estágios, inclusive intermediação e pagamento de seguros contra acidentes para o quantitativo máximo de 138 vagas de estágio de nível superior e médio, distribuídas nas unidades administrativas da administração central do MD, prédio principal e anexo em Brasília/DF.



## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

5.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios, em regime de serviço contínuo, para auxiliar na operacionalização do programa de estágio de estudantes de nível superior nas modalidades graduação e pós graduação, ensino médio e de educação profissional, vinculados à estrutura do ensino público e privado para preenchimento de oportunidades de estágio na administração central do Ministério da Defesa (AC/MD), mediante pagamento de taxa administrativa mensal, por estudante, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

5.4. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.4.1. O serviço compreende a operacionalização de até 138 (cento e trinta e oito) compromissos de estagiários, estudantes de nível superior, nas modalidades graduação e/ou pós-graduação, e nível médio, a depender da demanda;

5.4.2. O início da execução do objeto ocorrerá na data da assinatura do contrato, sendo que a Contratada deverá emitir novos Termos de Compromissos de Estágios para os estagiários ativos à época da contratação (conforme a possibilidade de manutenção do vínculo educacional), cuja vigência obedecerá rigorosamente a do termo de compromisso originário, respeitando os convênios com as instituições de ensino, bem como, contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor dos estagiários, compatível com os valores de mercado, a fim de se evitar a descontinuidade dos compromissos de estágio.

5.4.3. Uma vez iniciada a prestação dos serviços, a Contratada deverá indicar, imediatamente, o responsável pelo contrato, que desempenhará o papel de preposto, com conhecimento técnico suficiente para tratar as demandas do Contratante, com poderes de representante legal para tratar de todos os assuntos relacionados ao Contrato junto ao Contratante, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, o qual deverá ter sido aprovado, previamente, pelo Gestor do Contrato designado pela AC/MD.

5.4.3.1. O Agente de Integração trabalhará em conjunto com a CODEP/COGEPES atendendo às suas solicitações para preenchimento das vagas disponíveis, observando as atividades que serão realizadas e o perfil do estudante.

5.4.3.2. A Contratada deverá prestar o atendimento das demandas que ocorrerão durante a execução contratual, tais como: abertura de oportunidade de estágio, pré-seleção dos estudantes, recrutamento de estudantes para fase de entrevistas no âmbito da Contratante, contratação de estagiários, prorrogação de vínculo de estágio e desligamento de estudantes, bem como envio de relatórios e dados específicos.

5.4.4. Todas as etapas de realização do estágio, desde a pré-seleção até a conclusão das atividades, obedecerão ao disposto na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 e na IN nº 213/SEDGG/ME, de 17 de dezembro de 2019, ou legislação vigente.

5.5. A execução contratual observará as rotinas e procedimentos detalhados, abaixo:

5.5.1. A contratada deverá recrutar, pré-selecionar e encaminhar os estudantes candidatos a estágio, de acordo com o perfil das áreas de interesse da AC/MD, conforme solicitado por meio de Ordem de Serviço, para se dedicarem às atividades relacionadas aos respectivos cursos, dentro das porcentagens mínimas estabelecidas em lei.

5.5.2. A solicitação de prestação de serviços será realizada mediante formulário próprio para esse fim, disponível no site da contratada, ou por e-mail, e será expedido pela administração do MD, contendo todos os dados necessários à perfeita identificação do serviço desejado, devendo conter no mínimo:

- b) a identificação do pedido: Abertura de vaga de estágio, Emissão de Termo de Contrato de Estágio e ou Emissão de termo aditivo;
- d) a identificação da contratante;
- f) especificações dos serviços a serem realizados; e
- h) identificação do responsável pela solicitação.

5.5.3. Identificação das Oportunidades de Estágio:

a) Identificar as vagas solicitadas, pela contratante, observando a adequação e compatibilidade com o contexto da profissão, bem como a legislação;

b) Providenciar a pré-seleção e recrutamento de estudantes a serem encaminhados para seleção ou entrevista, conforme perfil definido para a oportunidade de estágio;

c) Estabelecimento de convênio com todas as instituições de ensino em que os referidos estudantes do Programa estão matriculados.

#### 5.5.4. Abertura e Divulgação de Vagas:

a) Divulgação das vagas, do programa de estágio e dos processos pré-seletivos para preenchimento das oportunidades de estágio na administração central do Ministério da Defesa.

b) A divulgação ocorrerá por meio de comunicação às instituições de ensino, por meio eletrônico (web, email, etc.) e por meio de veículos de comunicação (jornais e revistas);

c) Recebimento de inscrições para os processos seletivos por meio de plataforma web ou sistema de comunicação on-line com os estudantes (*e-mail*, SMS).

#### 5.5.5. Pré-Seleção e Encaminhamento de Candidatos:

a) Encaminhamento de candidatos, a partir das oportunidades de estágio oferecidas pela contratante, para a entrevista ou processo de seleção com o requisitante no Órgão, na proporção de 3/1 (candidatos/vagas), após passarem pela pré-seleção (critérios definidos pela contratada);

b) O encaminhamento ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis a partir da solicitação da vaga;

c) Disponibilidade de consulta aos dados dos estudantes encaminhados para a oportunidade de estágio: currículo dos candidatos e telefone para contato.

#### 5.5.6. Emissão dos Termos de Contratos de Estágio dos estudantes selecionados:

a) Os Termos de Contratos de Estágio serão emitidos quando demandado pela Coordenação de Estágio do MD, por meio de Ordem de Serviço;

b) O Termo de Compromisso de Estágio – TCE, bem como seus termos aditivos posteriores, deve estar em conformidade ao disposto, na IN nº 213 de 2019 e com a Lei nº 11.788 de 2008 ou legislação vigente;

c) Análise de dados cadastrais dos estudantes aprovados para Programa de Estágio do Ministério da Defesa;

d) Para a emissão do Termo de contrato de estágio, observar a existência de vínculo de parentesco com agentes públicos integrantes do quadro de pessoal efetivo ou comissionado no âmbito desta pasta ministerial, considerando o disposto no Decreto nº 7.203, de 04/06/2010 e do item 9.6.2 do Acórdão nº 249/2015-TCU-Plenário, pelo preenchimento da Declaração de Nepotismo;

e) Visando garantir o bom desempenho do estudante, se a instituição de ensino adotar verificações periódicas ou finais, o estudante terá a carga horária de estágio reduzida pelo menos à metade nos dias de verificações, condicionadas à apresentação de declaração emitida pela instituição de ensino, e esta prerrogativa deverá constar do termo de compromisso de estágio (§ 2º, do art. 10º da Lei nº 11.788/2008).

f) Contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor dos estudantes que integram o Programa;

h) A contratada, no momento da contratação do estudante deverá orientá-lo sobre: aspectos gerais do estágio, relação estagiário/MD; importância do estágio para o futuro profissional do estagiário e dicas de comportamento.

#### 5.5.7. Emitir Termos de Compromisso de Estágio a todos os estudantes vinculados ao Programa, contendo as seguintes informações:

a) no cabeçalho do TCE deverá constar os seguintes dados:

- **da instituição de ensino:** razão social, CNPJ, endereço, telefone de contato, nome e cargo de seu representante legal, nome e cargo do funcionário responsável por estágios curriculares.

- **do órgão concedente do estágio:** razão social, CNPJ, endereço, telefone de contato, nome e cargo de seu representante legal, nome, setor e cargo de supervisor do estágio.

- **do estudante:** nome completo, endereço residencial, telefone de contato, nível de

escolaridade, curso e período em que está matriculado, a data da emissão do termo, número da matrícula na instituição de ensino, data e local de nascimento, número e UF de emissão do documento de identidade, número do CPF; número do comprovante militar (se aplicável), endereço eletrônico.

d) entre as cláusulas do Termo de Compromisso de Estágio, devem constar:

- objetivo do TCE.
- período de vigência do Termo/duração do estágio.
- carga horária semanal.
- valor mensal da bolsa-estágio.
- valor diário do auxílio-transporte.
- deveres de cada uma das partes: da instituição de ensino, da concedente e do estagiário.
- dados resumidos do seguro contra acidentes pessoais (número da apólice e o nome da Seguradora) em favor do estudante.
- concessão do recesso dentro do período de vigência do Termo.
- estabelecimento do agente de integração como mediador das comunicações entre as partes.
- condições de desligamento do estudante.
- discriminar as atividades a serem desenvolvidas de acordo com a área de estudo, informadas pelo contratante.
- menção de que o estágio não acarretará qualquer vínculo empregatício.
- possibilidade de emissão de termos aditivos.
- e, demais cláusulas cabíveis.

5.5.8. A emissão do TCE estará sujeita à verificação da documentação exigida do estudante, nomeadamente:

- comprovante de matrícula na instituição de ensino.
- documento de identidade.
- CPF.
- documento militar (quando aplicável).

5.5.9. Serão emitidas quatro vias idênticas do TCE, devendo ser assinadas pelas partes vinculadas pelo instrumento: estudante ou seu representante legal, quando for o caso, órgão concedente e instituição de ensino.

5.5.10. Efetivar a contratação do estagiário selecionado pelo MD, no prazo de até 2 (duas) semanas, a contar da requisição do contratante, ou em tempo inferior, quando, justificadamente, houver urgência na requisição, desde que assinado pelas partes.

5.5.11. No prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de emissão, cada parte deverá receber uma via devidamente assinada por todas as demais partes, devendo a via excedente ser arquivada ou armazenada em meio digital nas instalações do agente de integração.

5.5.12. Prorrogação de TCE, com emissão dos Termos Aditivos ao TCE:

a ) Emissão de termos aditivos de prorrogação de estágio de acordo com o período de vigência dos termos de compromisso e entregue com antecedência de 30 dias do vencimento de contrato;

b) os termos Aditivos ao TCE são emitidos para fins de prorrogação da data de vigência (respeitando o limite de permanência de dois anos), alteração de carga horária, alteração de horário de início e término de estágio; alteração de supervisor ou unidade de lotação do estudante;

c) Atendimento, a qualquer tempo, das demandas de alteração nos termos de compromisso de estágio por meio de Termo aditivo de contrato: troca de supervisor, alteração de carga horária, troca de turno de estágio ou unidade de lotação do estudante;

d) Serão emitidas quatro vias idênticas, devendo ser assinadas pelas partes vinculadas: estudantes ou seu representante legal, quando for o caso, órgão concedente e instituição de ensino.

e) no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de emissão, cada parte deverá receber uma via devidamente assinada por todas as demais partes, devendo a via excedente ser arquivada ou armazenada em meio digital nas instalações do agente de integração.

f) os termos aditivos de prorrogação de data de vigência são emitidos automaticamente pelo agente de integração, com antecedência mínima de 30 dias a contar da data do encerramento do termo em vigor, e enviados à Coordenação de estágio da administração central do MD.

e) os demais termos aditivos serão emitidos quando demandado pela Coordenação de Estágio do MD, por meio de Ordem de Serviço.

#### 5.5.13. Desligamento de Estudantes:

a) Deverá ser registrado a data e o motivo do desligamento do estudante, segundo comunicação feita pelo órgão ou por pedido direto feito pelo estudante.

b) No caso de trancamento de matrícula ou abandono de curso pelo estudante, todas as partes deverão ser comunicadas para fins de desligamento, a ocorrer em um prazo de cinco dias úteis após a notificação.

#### 5.5.14. Verificação de pendências de contratação, alteração contratual e desligamento:

a) Será mantido controle diário sobre pendências de emissão de novos Termos de Contratos de Estágios solicitados pelo órgão, bem como sobre atrasos na entrega de documentos: (TCE e Termos Aditivos de Contratos) em relação aos prazos estabelecidos nos procedimentos 5.2.1 , 5.2.3, 5.2.5 e 5.2.6.

b) O vínculo do estudante com a instituição de ensino deve ser verificada semestralmente ou quando da emissão de termos aditivos ao TCE.

c) O envio de relatório de estágio preenchido pelos respectivos supervisores de cada estudante será observado semestralmente.

d) Mensalmente será efetuada listagem de desligamentos obrigatórios em função de colação de grau ou atingimento do limite de permanência de dois anos no órgão.

#### Local da execução prestação dos serviços:

5.6. As atividades de estágio serão realizadas nos locais descritos abaixo, observado o horário de funcionamento do órgão:

a) Bloco Q, Esplanada dos Ministérios.

b) Anexo I, Bloco O, Esplanada dos Ministérios.

### 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. Em conformidade com o previsto no §1º do Art. 7º da IN nº 213/2019, o Programa de Estágio da AC/MD dispõe de 138 (cento e trinta e oito) vagas de estágio, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, sendo 132 (cento e trinta e duas) vagas de nível superior e 6 (seis) de nível médio, distribuídas conforme critérios internos e atividades específicas de cada unidade.

6.2. O contrato atual prevê a disponibilização de até 138 vagas de estágio, sendo que, atualmente, as vagas estão distribuídas de acordo com as necessidades das unidades, contudo, esta distribuição pode variar.

6.3. Atualmente, as vagas estão distribuídas da forma ilustrada na tabela abaixo. Contudo, esta distribuição pode variar, dependendo das necessidades das unidades:

Quantitativo aproximado de estudantes a serem beneficiados pelo Programa de Estágio, na modalidade não obrigatória			
Unidades Administrativas	Quant. Ensino Médio	Quant. Ensino Superior	TOTAL
GM	0	12	12

SG/DPCN	0	20	20
CISSET	0	3	3
CONJUR	0	4	4
SEORI	5	58	63
SEPESD	0	13	13
SEPROD	0	8	8
EMCFA	0	15	15
TOTAL			<b>138</b>
Estimativa de quantidades			<b>138</b>

6.3.1. A administração não está obrigada ao preenchimento total das vagas disponibilizadas para o estágio, A oferta de vagas de estágio ficará condicionada à necessidade e aprovação das unidades administrativas da administração central do MD e da existência de créditos orçamentários.

6.3.2. De acordo com os valores previstos no Orçamento para o ano de 2023, bem como com o número de vagas que vem sendo disponibilizadas conf. doc. SEI nº 2166052 e atualizados, nos últimos anos, por esta ACMD, a quantidade média mensal de estudantes que são beneficiados pelo Programa de Estágio, na modalidade não obrigatória, é, em média, de **138** estudantes mensais, número esse que sofre alguma variação, de acordo com o mês. Totalizando, aproximadamente, 1.656 (um mil e seiscentos e cinquenta e seis) bolsas de estágio anuais em média.

6.3.3. Diante de tal demanda, estão asseguradas, nos termos da IN 213/2019, nos inciso I e II, do § 2º do Art. 7, vagas destinadas aos portadores de deficiência, totalizando 10% das vagas oferecidas pelo Programa, bem como, 30% das vagas de estágio para estudantes negros.

6.3.4. Registra-se a seguir, no quadro do quantitativo máximo de vagas permitido e a demanda prevista a ser contratada para realização de estágio na AC/MD:

Quantitativo Máximo de Vagas de Estágio				
*Quantitativo de Servidores/ Força de Trabalho (matrícula SIPEC)	Quantitativo máximo de estagiários 10% da força de trabalho	Reserva para portadores de deficiência (10%)	Reserva para negros (30%)	Quantitativo máximo prevista para contratação fora das cotas
1380	138	13	41	84
<b>Total</b>		138		

\* Fonte: SIRHU em 02/01/2023

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A presente estimativa tem como objetivo estabelecer preliminarmente o valor máximo para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios, para auxiliar na operacionalização do Programa de estudantes de nível superior nas modalidades graduação e pós-graduação, ensino médio e de educação profissional, vinculados à estrutura do ensino público e privado para preenchimento de oportunidades de estágio na AC/MD, mediante pagamento de taxa administrativa mensal, por estudante, previstos neste ETP.

7.2. O Núcleo de Pesquisa de Preços -NUPP realizou pesquisa de preço, buscando no mercado o preço atualmente praticado, fazendo um breve histórico. O resultado da pesquisa foi anexada aos autos para subsidiar as estimativas de preço e a consequente definição do valor máximo a ser destinado à taxa de administração mensal, por estudante (5959766) .

7.3. Seguiu-se os critérios da IN SEGES/ME nº 65, de julho de 2021, para elaboração do preço estimado para a contratação pretendida, tais como:

- Pesquisa Parâmetro I - Pannel de Preços(5957997)

- Pesquisa Parâmetro II - Contratação Similares de Outros Entes Públicos( 5958000)
- Pesquisa Parâmetro III - Mídia Especializada, Sites Eletrônicos ou Domínio Amplo - (sem registro)
- Pesquisa Parâmetro IV - Cotação de Fornecedores (5958004)

7.4. A formação do preço estimado foi feita a partir dos dados coletados na pesquisa de preço, conforme doc. SEI nº 5959766.

7.5. A pesquisa de preços foi realizada com a utilização dos Parâmetros I, II, III e IV de acordo com a IN 73/Ministério da Economia, de 5 de agosto de 2020, obtendo-se preços nos Parâmetros I, II e IV.

7.6. Estimou-se o valor total do serviço em **R\$ 57.810,96 (cinquenta e sete mil oitocentos e dez reais e noventa e seis centavos)**, conforme Mapa Comparativo de Preços (5959766).

7.7. Conforme no documento Análise Crítica da Pesquisa de Preços (5958015), no item 5.3, para atingir o valor estimado dos preços praticados no mercado, foi utilizado o critério da **mediana**, conforme previsto no Art. 6º da Instrução Normativa 73/Ministério da Economia, de 5 de agosto de 2020. A **mediana** é usada quando os preços coletados apresentam pouca variação, ou seja, seu coeficiente de variação é **maior** do que **30%**.

7.8. Diante do exposto, tem-se que a pesquisa de preço foi realizada em atenção ao praticado no mercado, a fim de subsidiar a fixação do valor máximo (unitário e global) estimado para a contratação, que é da ordem de R \$ **57.810,96** (cinquenta e sete mil oitocentos e dez reais e noventa e seis centavos), perfazendo um valor da taxa de administração por estagiário mês de **R\$ 34,91** (trinta e quatro reais e noventa e um centavos). Tal valor resultou da mediana dos preços pesquisados, conforme minucioso mapa comparativo de preços, indicando assim a vantajosidade para a Administração.

DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO SIASG CATSER	UND	QTD ESTAGIÁRIOS ESTIMADO	VL. UNIT ESTAGIÁRIO R\$ (*)	VL. TOTAL MENSAL R\$ (*)	VL. TOTAL ANUAL R\$ (*)
Prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios, em regime de serviço contínuo, para auxiliar na operacionalização do programa de estágio, remunerado, de estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino públicas ou privadas, com frequência efetiva nos cursos de nível médio ou de educação superior: Graduação (cursos diversos) ou Pós-graduação (lato sensu/stricto sensu), para preenchimento de oportunidades de estágio na Administração Central do Ministério da Defesa, mediante pagamento de taxa administrativa mensal, por estudante, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste ETP.	15156	1	138	R\$ 34,91	<b>R\$ 4.817,58</b>	<b>R\$ 57.810,96</b>

7.9. Ressalta-se que este valor não inclui o valor da bolsa-auxílio a ser paga aos estagiários, sendo apenas o valor da taxa mensal a ser paga por estagiário ao agente de integração a ser contratado.

7.10. Os valores acima incluem as quantias referente aos seguros contra acidentes pessoais, que, devem ser incluídas nas propostas e lances dos licitantes.



7.11. O valor de referência da contratação, para o período de 12 meses, portanto será de **R\$ 57.810,96**.

## **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

8.1. Não há pertinência e conveniência em se agrupar os serviços prestados em lotes, visto que o objeto é único (agenciamento de estágio), de natureza indivisível, e a contratada perceberá pelos serviços prestados, mensalmente, valor fixo pré-determinado, por estagiário, considerando as vagas efetivamente ocupadas.

8.2. Não se cogita de se acumular com outro serviço ou mesmo com o fornecimento de outros materiais, para fins de parcelamento.

8.3. Por se tratar de contratação de serviços comuns, a escolha da modalidade de Pregão para a realização deste processo licitatório atende ao que preceitua inciso XLI do Art. 6º da Lei 14.133/2021.

8.4. Na licitação a opção da contratação será julgada pelo critério de menor preço global anual, na forma do XLI do Art. 6º da Lei 14.133/2021.

## **9. CONTRATAÇÕES CORRETATAS E /OU INTERDEPENDENTES**

9.1. Não se aplica.

## **10. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**

10.1. A Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Agente de Integração consta do Plano de Contratação Anual \_PCA DFD: 124, demonstrando o seu alinhamento com o instrumento de planejamento do Órgão.

10.1.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000002/2023
- II) Data de publicação no PNCP: 13/02/2023
- III) ID do item no PCA: 33
- IV) Classe/Grupo: Serviços administrativos do governo
- V) Identificador da Futura Contratação: 110404-53/2022

## **11. RESULTADOS PRETENDIDOS**

11.1. Entre os benefícios diretos e indiretos que almeja-se com a contratação, figuram:

- Diminuição do acúmulo de atividades e redução de tempo de resposta às demandas; e
- Aproveitamento racional dos recursos humanos, reduzindo custos.

## **12. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PREVIAMENTE AO CONTRATO**

12.1. Não se vislumbram necessidades específicas de adequação do ambiente do órgão para que a contratação surta efeitos.

## **13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS**

13.1. Não se aplica.

## **14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

14.1. Considerando que a demanda consta no Plano de Contratação Anual e com base nas questões colocadas no presente Estudo Técnico Preliminar, declaramos a viabilidade técnica e econômica da presente contratação, a ser efetivada mediante novo processo licitatório visando selecionar uma empresa especializada. Solução esta que também atende à finalidade pretendida, observado os princípios legais da administração pública.

Brasília, 27 de março de 2023.

**THIAGO GIORDANO DE OLIVEIRA PEREIRA** - Assistente Técnico  
Integrante Requisitante

**MARCIA REGINA SOUZA** - Assistente Técnico  
Integrante Administrativo

**MAGDA ROSELAIN DE VARGAS LISBÔA** - Coordenadora  
Integrante Técnico



Documento assinado eletronicamente por **Magda Roselaine de Vargas Lisbôa, Coordenador(a)**, em 27/03/2023, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Giordano de Oliveira Pereira, Fiscal de Contrato - Administrativo**, em 27/03/2023, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Regina de Souza, Assistente Técnico(a)**, em 27/03/2023, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **6127348** e o código CRC **E309BE7E**.